



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
16 DE JULHO DE 2019

N.º 16/2019

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, Prof. Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º
Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: José Manuel Moreira Lopes. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



Pág.

SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- | | |
|---|---|
| 1 – Declaração, Pedidos de Informação e Propostas apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles..... | 4 |
| 2 – Informações Prestadas ao Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles | 6 |

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- | | |
|---|----|
| 1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 28 de junho de 2019..... | 7 |
| 2 – Celebração de Protocolo entre o Município de Santa Marta de Penaguião e os Industriais de Transportes em Automóveis Ligeiros de Passageiros do Município..... | 8 |
| 3 – Abastecimento Público de Água a Fornelos – Celebração de Contrato de Utilização e Exploração de Água..... | 10 |

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Tesouraria

- | | |
|--|----|
| 4 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 28 de junho a 11 de julho de 2019..... | 12 |
|--|----|

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- | | |
|--|----|
| 5 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência..... | 13 |
|--|----|

UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviços da Educação

- | | |
|---|----|
| 6 – Aquisição de Livros de Fichas para os Alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico..... | 14 |
|---|----|



Serviços da Cultura

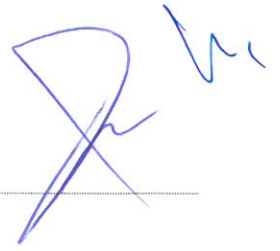
- 7 – Grupo Cultural “Os Medroenses” – Festas do Divino Salvador – Medrões – Pedido de
Comparticipação Financeira..... 15

Serviços da Ação Social

- 8 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Marta de Penaguião - Constituição
de Fundo de Maneio 16
- 9 – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes – Pedido de Apoio à Realização
do 13.º Congresso Nacional de Pessoas com Deficiência..... 17

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 10 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 18



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Declaração, Pedidos de Informação e Propostas apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou o seguinte: -----

----- “ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, vem declarar e requerer o seguinte: -----

----- PONTO UM – DECLARAÇÃO -----

----- Relativamente ao requerimento apresentado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal – Luís Machado, tenho a referir o seguinte: -----

----- a) O assunto em mérito foi referido por mim, na última reunião da Assembleia Municipal, e está gravado; -----

----- b) A reunião junto da Entidade referida ocorreu com o Grupo de trabalho da Empresa Magnificat Wine, Serviços de Hotelaria, Lda, e não esteve presente qualquer Presidente de Câmara, incluindo Vossa Excelência; -----

----- c) Este vereador, não detém qualquer Pelouro nesta Câmara, pelo que esteve presente, unicamente no âmbito da sua atividade profissional privada; -----

----- d) Contudo o mesmo vereador lamenta profundamente, que o Senhor Presidente da Câmara de Santa Marta de Penaguião se tenha afastado do processo, pois é sua a responsabilidade primeira na relação com as entidades supramunicipais. Se eu fosse Presidente da Câmara jamais me afastaria de tal responsabilidade, porque jurei cumprir com lealdade as funções que me foram confiadas pelos cidadãos eleitores do meu concelho, independentemente da sua crença religiosa, opção política, raça ou género; -----

----- e) O requerimento foi-me enviado, pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal no dia 4 de julho de 2019, e hoje, reunião imediatamente seguinte, dei resposta ao referido pedido de informação, recorro que tal reciprocidade não tem acontecido ao longo deste mandato. Porque ficaram muitos requerimentos e propostas sem respostas. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 16 de julho de 2019



----- PONTO DOIS – PEDIDO DE INFORMAÇÕES -----

----- Solicito pela terceira e última vez uma resposta por escrito, ao requerimento apresentado por mim, na reunião ordinária desta Câmara Municipal, no dia 4 de junho de 2019, relativo a um muro reconstruído, em São João Batista, decorrente das Intempéries no período de 2016/2017, cujo interlocutor/requerente é o Senhor José dos Santos Ribeiro. -----

----- PONTO TRÊS – PROPOSTA -----

----- O Ecoponto localizado no troço final da Rua Velha, na Vila de Santa Marta de Penaguião, apresenta um obturador danificado, libertando odores desajustados ao meio urbano limpo como se pretende. Para além do mais, a sua localização obriga a que as operações de descarga e limpeza sejam complexas, exigindo várias manobras do veículo pesado sobre os passeios. Observando o espaço envolvente, facilmente encontramos um local bem mais apropriado, a menos de 30m, propriedade do Município, na Rua do Porto, onde atualmente existe um talude vegetal, com dimensão apropriada para o efeito e que reduziria as referidas manobras. Assim, proponho que seja realocado o referido Ecoponto e que seja reparado o obturador danificado. -

----- PONTO QUATRO – PEDIDO DE INFORMAÇÕES -----

----- No troço da rede Viária Municipal, que liga a conexão para o Lugar da Fábrica e Travassinhos, em Sanhoane, procederam à desmatação de um talude a montante, deixando o solo erodido, gerando uma potencial superfície de deslizamento, com extensão superior a 50m, cujo ponto de eclosão será obviamente a referida via Municipal, localizada a jusante, e consequentemente a tornará intransitável. -----

----- Atentos a estes factos solicito que os Serviços Municipais procedam à averiguação de tal situação, e que promovam as diligências necessárias para que seja evitada uma catástrofe ambiental a curto prazo. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 16 de julho de 2019. -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles." -----



**Informações Prestadas ao Senhor Vereador do
PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles**

----- 2 – Relativamente à declaração apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, no período “antes da ordem do dia” na reunião ordinária de 04 de junho de 2019, sobre a “Organização do Parque de Estacionamento do Bairro do Cruzeiro, na Vila de Santa Marta de Penaguião” o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, emitiu a informação com o seguinte teor:-----

----- “No seguimento do requerimento do Senhor Vereador Daniel Teles, inserida na reunião do executivo municipal de 4 de junho de 2019 relativamente à organização do Parque de Estacionamento do bairro do Cruzeiro, na Vila de Santa Marta de Penaguião, informo que a Comissão Municipal de Trânsito aprovou na última reunião uma alteração à organização do parque de estacionamento em questão. -----

----- Paços do Concelho, 16 de Julho de 2019. -----

----- O Presidente da Câmara, Luís Reguengo Machado. -----

----- Ass: Luís Reguengo Machado.” -----

----- 3 – Relativamente à declaração apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, no período “antes da ordem do dia” na reunião ordinária de 04 de junho de 2019, sobre a “edifício público em estado gravoso de ruína” o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, emitiu a informação com o seguinte teor:-----

----- “No seguimento do requerimento do Senhor Vereador Daniel Teles, inserida na reunião do executivo municipal de 4 de junho de 2019 relativamente a “um edifício público em estado gravoso de ruína” lamentamos o desconhecimento demonstrado pelo Senhor Vereador Daniel Teles relativamente à titularidade do imóvel em questão. Tendo presente que o imóvel agora em causa não é propriedade do município não podemos responder ao pedido. -----

----- Paços do Concelho, 16 de Julho de 2019. -----

----- O Presidente da Câmara, Luís Reguengo Machado. -----

----- Ass: Luís Reguengo Machado.” -----



II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 28 de junho de 2019

- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 28 de junho de 2019: -----
- “PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----
- 1.1 – Ata da sessão ordinária realizada no dia 25 de abril de 2019 - Aprovada, por unanimidade. -----
- 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações e esclarecimentos - Tomado Conhecimento. -----
- PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----
- 2.1 – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) - Tomado Conhecimento. -----
- 2.2 – Deliberar sobre a Prestação de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão – 2018 (n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 04 de junho de 2019) – Aprovada, por maioria. -----
- 2.3 – Deliberar sobre a proposta de Transferência de Competências para os Municípios e para as Entidades Intermunicipais no domínio da Educação (n.º 2 do artigo 4.º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.) – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de junho de 2019) - Aprovada, por unanimidade. -----
- 2.4 – Deliberar sobre a Delegação de Competências na CIMDouro no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão (Lei n.º 31/2017, de 31 de maio e alínea k), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de junho de 2019) - Aprovada, por unanimidade. -----
- 2.5 – Deliberar sobre a proposta da 2.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa e do Plano de Atividade mais Relevantes 2019, (alínea a), n.º 1, artigo 25.º do Anexo

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 16 de julho de 2019



I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 25 de junho de 2019) - Aprovada, por unanimidade. -----

----- 2.6 - Designar 1 (uma) pessoa de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo para a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens (alínea I) do artigo 17.º e artigo 26.º do Anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) - Eleito o cidadão Ricardo Jorge dos Santos Liberato.”

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Celebração de Protocolo entre o Município de Santa Marta
de Penaguião e os Industriais de Transportes em
Automóveis Ligeiros de Passageiros do Município**

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que os Industriais de Transportes em Automóveis Ligeiros de Passageiros (Táxis) podem desempenhar um papel importante para o Município e, por essa via para os munícipes designadamente através de: -----

- a) Promoção publicitária nas viaturas de campanhas de sensibilização cívica, desenvolvidas pela Autarquia em matérias que respeitem à mudança de comportamentos, que resultem da aprovação pelos órgãos do Município; -----
- b) Colaborar com a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em campanhas de monitorização de indicadores de qualidade de vida; -----
- c) Comunicação de ocorrências da sinalização que se repercutem no tráfego, junto dos serviços da Câmara Municipal; -----
- d) Comunicação de outras ocorrências na via pública, designadamente a queda de árvores, postes de iluminação, ruturas de água, buracos na via pública, descargas ilegais de entulhos na via pública ou a existência de tampas de saneamento fora do local adequado.

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 16 de julho de 2019



----- Considerando que, em 2013 a Câmara Municipal lançou a marca “Santa Marta” com a finalidade primordial de promover os produtos agrícolas locais e o turismo, e que nesta esteira, para efetivar essa promoção, alterou a data do feriado municipal (de 13 de Janeiro) para o dia 29 de Julho, como forma de homenagear a Padroeira da Região Demarcada do Douro, a Santa Marta; -----

----- Considerando que, é essencial afirmar Santa Marta, como forma de modernizar e dinamizar as diferentes áreas económicas que merecem e necessitam de apoio e iniciativas, optou o Município por apostar num desenvolvimento das diversas áreas socioeconómicas, trabalhando em prol de um futuro mais profícuo para os seus munícipes; -----

----- Considerando que, ao dinamizar e expandir a marca “Santa Marta”, se procura desenvolver não só a economia local, como a cultura tradicional da região Demarcada do Douro, mormente a cultura penaguiense, bem como atrair o maior número de cidadãos para o setor do turismo, cujo crescimento se encontra em expansão; -----

----- Considerando que, com a divulgação da marca “Santa Marta” potencia-se, em larga escala, o desenvolvimento económico, social e cultural, fatores determinantes da qualidade de vida da população, investindo-se assim na fixação da população no Município, tal como do maior número possível de visitantes; -----

----- Considerando que, os Industriais de Transportes em Automóveis Ligeiros de Passageiros do Município desempenham um importante papel no quotidiano das vilas e cidades, percorrendo diariamente diversas zonas do Município de Santa Marta de Penaguião e outros circunjacentes, alargando-se por vezes a diversas áreas a nível nacional, conseguindo, indubitavelmente, amplificar a divulgação da marca “Santa Marta” a um avultado número de cidadãos – munícipes e cidadãos circunvizinhos – sendo assim uma mais-valia para atingirmos níveis de eficácia e eficiência que nos garantam condições de sucesso; -----

----- Considerando que, o protocolo a celebrar com os Industriais de Transportes em Automóveis Ligeiros de Passageiros do Município tem por finalidade a promoção publicitária e divulgação nas viaturas de transporte público coletivo, sendo colocado nas respetivas portas da frente o logotipo do Município de Santa Marta de Penaguião, através da marca “Santa Marta”, considera-se de relevância a contrapartida por essa divulgação, mediante a compensação financeira de 900,00€ (novecentos euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, para vigorar nos anos económicos de 2019, 2020 e 2021. -----



----- Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo das alíneas c) e m) do nº 2 do artigo 23º, conjugado com a alínea dd) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 69/2015 de 16 de Junho delibere no sentido de: -----

- a) Aprovar o pagamento pela contrapartida da divulgação da marca “Santa Marta”, mediante a afixação nos seus veículos do respetivo logotipo; -----
- b) Aprovar a minuta do protocolo em anexo, relativo à cooperação entre este Município e os Taxistas do Município e autorizar a respetiva outorga; -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 900. -----


----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o pagamento de 900,00€ (novecentos euros), acrescido de IVA, pela contrapartida da divulgação da marca “Santa Marta” e minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município e os Taxistas.** -----

Abastecimento Público de Água a Fornelos – Celebração de Contrato de Utilização e Exploração de Água

----- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador do Pelouro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “O abastecimento de água à povoação de Fornelos na época de Verão tem vindo a ser normalizado através da sua captação em furos artesianos abertos na propriedade denominada Vale Escuro, inscrita na matriz cadastral sob o artigo 234-D da freguesia de Fontes, pertencente à Senhora Maria Fernanda da Silva Taveira Coutinho. -----

----- A utilização e exploração da água proveniente desses furos têm sido objeto de contrato celebrado entre este Município e a proprietária. -----



----- Considerando que é de todo o interesse a Câmara Municipal continuar a assegurar o normal abastecimento de água àquela povoação no período de Verão, bem como continuar a assegurar o direito de opção da sua exploração, proponho que o Executivo delibere: -----
----- 1- A celebração do contrato de utilização e exploração de água, pelo valor anual de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros); -----
----- 2- Que o direito de utilização e exploração dessa água cesse após a constituição e entrada em funcionamento da Empresa Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A; -----
----- 3- Que aprove a minuta do contrato de utilização e exploração de água que a seguir se anexa.”
----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 901. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, celebrar contrato de utilização e exploração de água, pelo valor anual de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), bem como a minuta do contrato de utilização e exploração de água, nos termos da proposta, com o voto contra do Senhor Vereador, do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrades Teles, que apresentou a seguinte declaração de voto:** -----

----- **“DECLARAÇÃO DE VOTO E REQUERIMENTO** -----

----- *Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, vem apresentar declaração de voto relativamente ao ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos, da Ata n.º 16/2019, sob designação “Abastecimento de Água a Fornelos”, nos seguintes termos:* -----

----- *Considerando que as explorações de água implicam formas de captação devidamente licenciadas ou autorizadas, identificadas cartograficamente, e definidos os volumes de extração; e tratando-se de água para consumo humano, acresce toda uma sistematização de operações de controlo dos vários parâmetros físico-químicos da mesma.* -----

----- *Considerando que quer a minuta da Ata, como a Proposta de Contrato de Utilização nada referem aos aspetos anteriormente elencados, tal proposta*



padece de vício de falta de informação completa e certa, pelo que não poderei votar favoravelmente. -----

----- Pelo, que venho solicitar que me sejam fornecidos os elementos legais relativos aos poços em causa, nomeadamente o (s) respetivo (s) licenciamento (s) ou autorização emitidos pela Entidade respetiva. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 16 de julho de 2019. ---

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS
Tesouraria**

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia

28 de junho a 11 de julho de 2019

----- 4 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 28 de junho de 11 julho de 2019, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	11/07/2019
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		161 040,49	Despesas Orçamentais	3 639 095,41
Execução orçamental	60 700,75		Correntes	3 092 242,98
Operações de tesouraria	100 339,74		Capital	546 852,43
Receitas Orçamentais		3 642 200,17	Operações de tesouraria	255 994,57
Correntes	3 278 790,17		Saldo para o dia seguinte:	139 248,79
Capital	363 410,00		Execução orçamental	63 805,51
Operações de tesouraria		231 098,11	Operações de tesouraria	75 443,28
Total		4 034 338,77	Total	4 034 338,77

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência

----- 5 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de maio, de 2019. -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe “*Direito de preferência de organismos públicos*”, pode ler-se “se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas coletivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu”. -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes serviços



técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência, nos termos da informação dos Serviços.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**
Serviços da Educação

**Aquisição de Livros de Fichas para os Alunos
do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico**

----- 6 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Através do Orçamento de Estado para 2019, conclui-se a progressividade do regime de gratuidade dos manuais escolares, alargando-o a toda a escolaridade obrigatória, passando, deste modo, a incluir todo o ensino básico e secundário da rede pública, conforme previsto no artigo 194.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.” (Despacho n.º 921/2019, publicado no Diário da República n.º17/2019, 2.ª série de 2019-01-24). -----

----- À semelhança dos anos transatos, e no seguimento da aposta deste executivo municipal na Educação, propõe-se que para o ano letivo de 2019/2020 se continuem a ofertar os livros de fichas aos alunos do nosso agrupamento, desde o 1º ao 3º ciclo, complementando assim o regime de gratuidade dos manuais escolares por parte do Ministério da Educação a todo o ensino básico e secundário. -----

----- Propõe-se por isso deliberar favoravelmente à realização da despesa, com o referido assunto, até um montante de 26.000,00€.” -----



----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 848. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesa, até ao montante de 26.000,00€ (vinte e seis mil euros), nos termos da proposta apresentada.**

Serviços da Cultura

Grupo Cultural “Os Medroenses” – Festas do Divino Salvador – Medrões – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 7 – Presente à reunião e-mail do Grupo Cultural “Os Medroenses”, registado sob o n.º 1368, de 12 de junho de 2019, dando conhecimento que em parceria com a Comissão de Festas do Divino Salvador vão levar a efeito as festas em honra do Padroeiro que terão lugar nos dias 9, 10 e 11 de agosto. -----

----- Sendo esta uma festa do povo e para o povo, que acarreta sempre muita despesa, solicitam à Câmara Municipal, uma participação financeira para a realização do evento. -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 875. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros).** -----



Serviços da Ação Social

**Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa
Marta de Penaguião – Constituição de Fundo de Maneio**

----- 8 – Presente à reunião requerimento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, com o seguinte teor: -----

----- “A entrada em vigor da Lei n.º 142/2015, de 08 de setembro, introduziu alterações à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 01 de setembro. Um dos aspetos das novas disposições legais, é o apoio ao funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que, na atualidade, compreende entre outras, a vertente financeira, que consiste na disponibilização de um fundo de maneio, assegurado pelos Municípios. De acordo com a alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o fundo de maneio destina-se a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das Comissões, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto, sempre que não seja possível assegurá-las através dos recursos formais das entidades que compõem a própria comissão, ou de outras entidades. -----

----- São situações enquadráveis no conceito de fundo de maneio: -----

- i) Despesas de transporte nas deslocações das crianças e jovens e suas famílias, quando se dirigem ou sejam presentes à CPCJ, caso se comprove a impossibilidade de serem estas a assumirem os encargos inerentes; -----
- ii) Despesa com refeições ou produtos alimentares para as crianças e jovens e suas famílias, quando se dirigem ou sejam presentes à CPCJ, igualmente perante confirmada impossibilidade de assunção dos respetivos encargos. -----

----- Considerando que a CPCJ de Santa Marta de Penaguião foi enquadrada no 1.º escalão de financiamento, sendo-lhe atribuída uma comparticipação mensal no valor de 52,00€ e considerando que no passado dia 17 de abril de 2019 foi eleito como Presidente da CPCJ de Santa Marta de Penaguião, o representante do Município, José Manuel Moreira. -----

----- Venho desta forma solicitar a V.ª Ex.ª a disponibilização do valor inerente ao “fundo de maneio” e que o responsável pela sua gestão passe a ser o presidente da CPCJ, José Manuel Moreira.” --

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 16 de 16 de julho de 2019



----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 880. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a constituição de Fundo de Maneio da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Marta de Penaguião, nos termos solicitados.** -----

Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes

– Pedido de Apoio à Realização do 13.º Congresso

Nacional de Pessoas com Deficiência

----- 9 – Presente à reunião ofício da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, registado sob o n.º 1510, do dia 4 de julho do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “A Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD), organização com 39 anos de existência, que representa 40 Organizações de e para Pessoas com Deficiência, englobando todos os tipos de deficiência (mental, motora, sensorial e orgânica) tem por objetivo coordenar e dinamizar a atividade das associações de deficientes, promovendo e apoiando ações conducentes à satisfação das justas pretensões destes cidadãos. -----

----- Este ano iremos realizar, a 26 de Outubro, na cidade de Loures, o nosso 13º Congresso. -----

----- Neste Congresso contamos com a participação de Entidades Oficiais, Dirigentes de Organizações de Pessoas com Deficiência, Técnicos, Familiares, Voluntários e a Comunicação Social em geral, prevendo-se a participação de cerca de 300 pessoas. -----

----- Este será um congresso oportuno e necessário para mobilizar e discutir com as associações e as pessoas com deficiência as respostas necessárias para transformar a sociedade, onde as pessoas com deficiência são as mais atingidas pelas desigualdades, numa sociedade mais justa e inclusiva. -----

----- A realização deste congresso obriga a grandes despesas em termos de deslocações, refeições e todo o apoio logístico necessário à sua execução e, é nesse sentido, que vimos por

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 16 de julho de 2019

este meio solicitar uma pequena contribuição, na ordem dos €200, da autarquia a que Vossa Excelência preside. -----

----- A vossa participação iria contribuir para o êxito deste projeto, fazendo deste nosso 13º Congresso um evento preponderante na vida das pessoas com deficiência e suas famílias. -----

----- Desejando os maiores êxitos para o vosso trabalho, agradecemos desde já a vossa atenção.”

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 889. -----


----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 200,00€ (duzentos euros). A entidade organizadora deverá endereçar a cada uma das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, o respetivo convite, sendo que a transferência só será efetuada em caso de haver, pelo menos, a participação de uma das Instituições.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

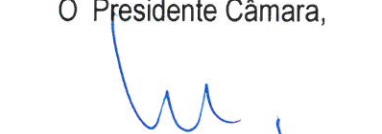
----- 10 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:15 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)